



Câmara Municipal de Barra de São Francisco
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 0861, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento do Município de Barra de São Francisco, Estado do Espírito, para o exercício de 2019 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V- as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017-STN.

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta constituída pela Autarquia do Município que recebe recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 495, de 06 de junho de 2017-STN, 8ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2018.

Art. 5º Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:



Câmara Municipal de Barra de São Francisco
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO DE RISCOS FISCAIS:

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

ANEXO DE METAS FISCAIS:

DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS.

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2019, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2019 e para os dois seguintes.

§ 1º. Os valores correntes dos exercícios de 2019, 2020 e 2021 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 495/2017 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação

§ 2º. Os valores da coluna "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos



Câmara Municipal de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º. Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 495/2017, as

METAS ANUAIS DA LDO 2019 passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º. Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único. Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 495/2017, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2019, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º. De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10. Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11. O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo



Câmara Municipal de Barra de São Francisco
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12. Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 495/2017-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13. Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º. A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º. A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14. O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único. O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a



Câmara Municipal de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria nº 495/2017-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2019, 2020 e 2021.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17. O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2019, 2020 e 2021.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º. Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.



Câmara Municipal de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 2º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20. O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, incluindo neste a Autarquia Municipal, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21. A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23. O Orçamento para exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo único. Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subseqüentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF), sem prejuízo do que dispõe a Emenda Constitucional 25/2000 e, no que couber, à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 25. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias; II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e



Câmara Municipal de Barra de São Francisco
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2019, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2018 (art. 4º, § 2º da LRF), desde que seja para concessão de aumento/reposição salarial do funcionalismo público municipal.

Art. 27. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28. O Orçamento para o exercício de 2019 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 2% das Receitas Correntes Líquidas previstas.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, mediante autorização do Poder Legislativo.

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2019, não poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes, sem a devida autorização do Poder Legislativo.

Art. 29. Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31. Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2019 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32. A renúncia de receita estimada para o exercício de 2019, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).



Câmara Municipal de Barra de São Francisco
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 33. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário- financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado na forma de Decreto nº 9.412/2018 (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes.

Art. 38. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39. Durante a execução orçamentária de 2019, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.



Câmara Municipal de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Parágrafo único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42. A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2019, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2019.

Art. 46. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2018, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;



Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

- II - eliminação das despesas com horas-extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 51. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54. Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.



Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

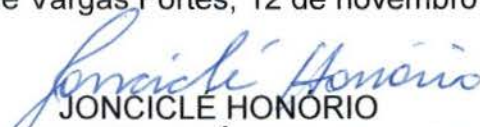
Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 55. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala Hugo de Vargas Fortes, 12 de novembro de 2018.


JONCICLE HONÓRIO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

REG. EM LIVRO PRÓPRIO
NA DATA SUPRA

ELCIMAR DE SOUZA ALVES
AGENTE ADMINISTRATIVO

Município de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Ano de Referência: 2019



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTE	97.205.360,89	102.668.725,24	100.299.000,00	100.251.800,00	101.955.400,00	103.660.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	9.627.872,44	11.205.922,11	9.844.000,00	10.349.000,00	10.510.000,00	10.672.000,00
IMPOSTOS						
Impostos s/Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.360.620,43	3.299.015,17	2.699.000,00	2.800.000,00	2.901.000,00	3.002.000,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	2.360.620,43	3.299.015,17	2.699.000,00	2.800.000,00	2.901.000,00	3.002.000,00
Imp. s/ a Renda - Ret.na Fonte - Trabalho - Princ	2.149.882,10	3.237.239,60	2.500.000,00	2.600.000,00	2.700.000,00	2.800.000,00
Imp.s/a Renda - Retido na Fonte - O.Rend.Principal	210.738,33	61.775,57	199.000,00	200.000,00	201.000,00	202.000,00
Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	5.369.562,33	5.885.952,05	5.793.000,00	6.036.000,00	6.071.000,00	6.107.000,00
Imposto s/ Prop. Predial e Terrt Urbana	1.477.915,45	1.913.107,98	1.198.000,00	1.874.000,00	1.895.000,00	1.916.000,00
IPTU - Principal	1.084.429,17	1.236.423,50	1.150.000,00	1.160.000,00	1.170.000,00	1.180.000,00
IPTU- Multa e Juros	6.298,01	10.998,25	8.000,00	9.000,00	10.000,00	11.000,00
IPTU - Dívida Ativa	385.483,10	665.686,23	35.000,00	700.000,00	710.000,00	720.000,00
IPTU - Dívida Ativa - Multa e Juros	1.705,17	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Imp.s/Trans.Inter Vivos Bens Imov.e Direitos	558.604,04	594.492,52	689.000,00	674.000,00	675.000,00	676.000,00
ITBI - Principal	558.604,04	594.492,52	670.000,00	671.000,00	672.000,00	673.000,00
ITBI - Multas e Juros	0,00	0,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
ITBI - Dívida Ativa	0,00	0,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	0,00	4.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.333.042,84	3.378.351,55	3.906.000,00	3.488.000,00	3.501.000,00	3.515.000,00
ISS.-Principal	3.246.927,38	3.224.910,63	3.306.000,00	3.307.000,00	3.308.000,00	3.310.000,00
ISS - Multas e Juros	16.325,02	54.358,44	70.000,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00
ISS - Dívida Ativa	36.423,73	95.571,96	500.000,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00
ISS - Dívida Ativa - Juros e Multas	33.366,71	3.510,52	30.000,00	31.000,00	32.000,00	33.000,00
TAXAS	1.897.689,68	2.020.954,89	1.341.000,00	1.511.000,00	1.536.000,00	1.561.000,00
Taxas p/Exercício do Poder de Polícia	1.317.058,09	1.520.781,54	815.000,00	810.000,00	823.000,00	836.000,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	1.317.058,09	1.520.781,54	815.000,00	810.000,00	823.000,00	836.000,00
Taxas de Inspeção - Contr. e Fiscal. - Principal	555.918,83	620.354,43	815.000,00	700.000,00	710.000,00	720.000,00
Taxa Inspeção Controle e Fiscal. - Multas e Juro	15.355,56	24.467,55	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00
Taxas de Inspeção, Contr.e Fisc. - Dívida Ativa	225.449,84	353.397,70	0,00	70.000,00	71.000,00	72.000,00
Taxa de Insp.Contr.Fisc.-Multa e Juros Div.Ativa	520.333,86	522.561,86	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00
Taxas Pela Prestação de Serviços	580.631,59	500.173,35	526.000,00	701.000,00	713.000,00	725.000,00
Taxas pela Prestação de Serviços	580.631,59	500.173,35	526.000,00	701.000,00	713.000,00	725.000,00
Taxas pela Prestação de Serviços	580.631,59	500.173,35	526.000,00	701.000,00	713.000,00	725.000,00



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Taxas p/Prest.de Serviços - Principal	580.631,59	500.173,35	526.000,00	500.000,00	510.000,00	520.000,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juro	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	150.000,00	151.000,00	152.000,00
Taxas Prest. de Serviços - Dívida Ativa -Multas	0,00	0,00	0,00	50.000,00	51.000,00	52.000,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	11.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	0,00	0,00	11.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Contr.Melh.p/Exp.Red. de Ilum.Púb. Cidade-Princ.	0,00	0,00	6.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Contr.Melh.p/Exp.Red. de Ilum.Púb. Cidade-Princ.	0,00	0,00	6.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Contr.Melh.p/Pavim.e Obras Compl.-Princ.	0,00	0,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Contr.Melh.p/Pavim.e Obras Compl.-Princ.	0,00	0,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	6.489.256,93	7.651.557,86	6.722.000,00	3.747.000,00	3.858.000,00	3.969.000,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.856.104,81	6.959.529,01	6.721.000,00	3.047.000,00	3.148.000,00	3.249.000,00
Contr.Patron.p/Regime Próprio de Prev. RPPS	5.856.104,81	6.959.529,01	6.721.000,00	3.047.000,00	3.148.000,00	3.249.000,00
Contr.Patr. p/ o RPPS - Multa e Juros	3.001.733,86	3.349.373,90	40.000,00	41.000,00	42.000,00	43.000,00
Contr.do Serv. Ativo p/ RPPS - Principal	2.854.370,95	3.610.155,11	6.646.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00
Contr. do Serv.Ativo p/o RPPS - Multa e Juros	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Contr.do Serv.Inativo Civil P/ RPPS - Princ.	0,00	0,00	30.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
CONTR. P/ O CUSTEIO DO SERV. DE ILUM. PÚBLICA	633.152,12	692.028,85	1.000,00	700.000,00	710.000,00	720.000,00
Contr.P/Custeio do Serv. de Ilum. Pública	633.152,12	692.028,85	1.000,00	700.000,00	710.000,00	720.000,00
Contr.P/Custeio Serv. Ilum. Pública - Princ.	633.152,12	692.028,85	1.000,00	700.000,00	710.000,00	720.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.027.258,14	477.872,46	1.156.000,00	1.000.000,00	1.020.000,00	1.040.000,00
VALORES MOBILIÁRIOS	1.027.258,14	477.872,46	1.156.000,00	1.000.000,00	1.020.000,00	1.040.000,00
Juros e Correções Monetárias	1.027.258,14	477.872,46	1.156.000,00	1.000.000,00	1.020.000,00	1.040.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários	1.014.789,41	472.187,18	957.000,00	500.000,00	510.000,00	520.000,00
Remuneração de Depósitos Banc. - Principal	1.014.789,41	472.187,18	957.000,00	500.000,00	510.000,00	520.000,00
Remuneração. dos Recursos do RPPS	12.468,73	5.685,28	199.000,00	500.000,00	510.000,00	520.000,00
Remuneração. dos Recursos do RPPS - Principal	12.468,73	5.685,28	199.000,00	500.000,00	510.000,00	520.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Serviços de Atendimento à Saúde	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	85.619.790,33	86.210.134,75	87.974.000,00	91.776.000,00	93.139.000,00	94.502.000,00
Transferências da União e suas Entidades	41.722.840,22	38.640.079,76	41.084.000,00	40.876.000,00	41.809.000,00	42.742.000,00
Transf. da União e suas Entidades	41.722.840,22	38.640.079,76	41.084.000,00	40.876.000,00	41.809.000,00	42.742.000,00



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Participação na Receita da União	27.186.804,05	26.184.457,76	26.383.000,00	27.551.000,00	27.852.000,00	28.153.000,00
Cota-Parte Fundo de Partic. dos Munic. - C.Men.-	27.142.947,72	26.136.106,58	25.333.000,00	25.500.000,00	25.600.000,00	25.700.000,00
Cota-Parte Fundo Part.dos Mun. 1% Dez.- Princ.	0,00	0,00	500.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00
Cota-Parte Fundo de Part.Mun.1% Jul. - Princ.	0,00	0,00	500.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00
Cota-Parte Imp.s/a Propr.Territ.Rural - Princ.	43.856,33	48.351,18	50.000,00	51.000,00	52.000,00	53.000,00
Transf.Comp.Finan.P/Explor.Recursos Naturais	3.765.841,83	4.141.912,44	3.900.000,00	4.400.000,00	4.600.000,00	4.800.000,00
Cota-Parte Comp. Fin. Rec. Minerais -CFEM-Princ.	1.550.198,43	1.396.224,29	1.600.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00
Cota-Parte Royalties Part.Esp. Lei 9478 - Princ	2.215.643,40	2.745.688,15	2.300.000,00	3.400.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00
Transferências de Recursos do SUS	4.995.490,62	3.467.618,16	7.550.000,00	4.500.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00
Transf. Rec. SUS - Repas.Fundo a Fundo - Princ.	4.995.490,62	3.467.618,16	7.550.000,00	4.500.000,00	4.600.000,00	4.700.000,00
Transferências de Receitas do FNAS	2.201.992,29	2.146.966,08	2.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00
Transf. Rec. -FNAS - Principal	2.201.992,29	2.146.966,08	2.000,00	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00
Transf. Recursos do Fundo Nac. da Educação-FNDE	2.690.983,24	2.295.182,15	2.938.000,00	2.515.000,00	2.736.000,00	2.957.000,00
Transferências do Salário-Educação-Principal	1.239.799,94	1.387.649,91	1.500.000,00	1.600.000,00	1.700.000,00	1.800.000,00
Transf. Diretas do FNDE Ref. PDDE - Princ.	36.760,00	14.820,00	10.000,00	15.000,00	16.000,00	17.000,00
Transf. Diretas do FNDE Ref. PNAE - Princ.	701.237,28	646.060,20	800.000,00	500.000,00	600.000,00	700.000,00
Transf. Diretas do FNDE Ref. - PNATE - Princ.	457.444,50	232.970,88	300.000,00	300.000,00	310.000,00	320.000,00
Outras Transferências Diretas do FNDE - Princ	255.741,52	13.681,16	328.000,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00
Transf.Finan. do ICMS - Des. L.C. 87/96	195.158,76	209.083,92	211.000,00	210.000,00	211.000,00	212.000,00
Transf.Finan. do ICMS - Des. L.C. 87/96 - Princ.	195.158,76	209.083,92	211.000,00	210.000,00	211.000,00	212.000,00
Transf.Conv.União Dest.Progr.Assist.Social - Pri	117.735,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências da União - Principal.	568.833,58	194.859,25	100.000,00	700.000,00	710.000,00	720.000,00
TRANSF. DOS ESTADOS, DIST. FED. E SUAS ENT.	25.547.933,70	28.253.241,97	27.890.000,00	30.900.000,00	31.230.000,00	31.560.000,00
Transf. dos Estados Dist. Fed. e suas Ent.	25.547.933,70	28.253.241,97	27.890.000,00	30.900.000,00	31.230.000,00	31.560.000,00
Participação na Receita dos Estados	23.781.937,83	26.366.305,76	25.060.000,00	28.700.000,00	28.920.000,00	29.140.000,00
Cota-Parte do ICMS - Principal	20.587.322,45	23.186.672,43	21.500.000,00	25.000.000,00	25.100.000,00	25.200.000,00
Cota-Parte do IPVA - Principal	2.385.628,74	2.418.483,64	2.725.000,00	3.000.000,00	3.100.000,00	3.200.000,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Princ.	718.295,64	639.990,61	759.000,00	600.000,00	610.000,00	620.000,00
Cota-Parte Contrib.Interv.Dom.Econ.CIDE-Princ.	90.691,00	121.159,08	76.000,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00
Transf.Rec.Est. P/Prog.Saúde-Rep.F.a Fundo - Pri	170.515,00	0,00	290.000,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00
Cota-Parte Royalties-Comp.Fin.p/Prod.Petr.-Princ	1.485.263,87	1.754.797,21	813.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.200.000,00
Outras Transferências dos Estados - Principal	110.217,00	132.139,00	1.727.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Transf.de Rec.da Complementação ao FUNDEB	18.349.016,41	19.316.813,02	19.000.000,00	20.000.000,00	20.100.000,00	20.200.000,00



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Transferências de Recursos do FUNDEB	18.349.016,41	19.316.813,02	19.000.000,00	20.000.000,00	20.100.000,00	20.200.000,00
Transf.de Recursos do FUNDEB - Principal	18.349.016,41	19.316.813,02	19.000.000,00	20.000.000,00	20.100.000,00	20.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.359.141,22	7.287.345,76	5.321.000,00	4.251.000,00	4.362.000,00	4.473.000,00
Multas Previstas em Legislação Específica - Prin	0,00	0,00	0,00	100.000,00	101.000,00	102.000,00
Multas Previstas em Legislação Específica - Dívi	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Multas Prev. em Leg. Específica - Dívida Ativa -	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	57.059,67	93.810,72	291.000,00	102.000,00	112.000,00	122.000,00
Indenizações	0,00	0,00	146.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	0,00	146.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Restituições	57.059,67	93.810,72	145.000,00	101.000,00	111.000,00	121.000,00
Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Outras Restituições - Principal	57.059,67	93.810,72	145.000,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.302.081,55	7.193.535,04	5.030.000,00	4.036.000,00	4.136.000,00	4.236.000,00
Compensações Financeiras entre Regime Geral e os	0,00	0,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Enc.Legais P/Insc.Div.Ativa Princ.Onus de .Sucumb.	0,00	0,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Enc.Legais P/Insc.Div.Ativa Princ.O Sucumb.-Princ	0,00	0,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Outras Receitas	4.302.081,55	7.193.535,04	5.010.000,00	4.030.000,00	4.130.000,00	4.230.000,00
Outras.Receitas Primárias - Principal	4.302.081,55	7.193.535,04	5.000.000,00	4.000.000,00	4.100.000,00	4.200.000,00
Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa -	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Outras Receitas - Financeiras - Principal	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.143.471,21	602.800,59	1.050.000,00	3.550.200,00	3.193.000,00	3.393.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Outras Operações de Crédito Internas - Principal	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	274.820,70	4.211,31	5.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	273.739,10	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Alienação de Outros Bens Móveis - Principal	273.739,10	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.081,60	4.211,31	5.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Alienação de Bens Imóveis -Principal	1.081,60	4.211,31	5.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	868.650,51	598.589,28	995.000,00	3.537.200,00	3.180.000,00	3.380.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	868.650,51	598.589,28	455.000,00	1.540.000,00	1.640.000,00	1.740.000,00
Transf. Recursos da União do SiÚS - Principal	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Rec.da União Dest..Progr.de Educação	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Transferências de Recursos Dest. a Prog. de Educ	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferências Advindas de Emendas Parlamentares	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf. Convênios da União e de suas Entidades	868.650,51	598.589,28	435.000,00	1.520.000,00	1.620.000,00	1.720.000,00
Transf.Conv.da União P/ SUS - Principal	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Conv.da União Dest.a Progr.de Educ.-Princ	0,00	230.210,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Conv.União Dest. Progr.de San.Básico - Pr	0,00	0,00	5.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Transf.Conv.União Dest.a Progr.Meio Amb. - Princ	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Conv.União Dest.Progr.Infra-Est.Transp -P	0,00	0,00	5.000,00	500.000,00	600.000,00	700.000,00
Outras Transf.de Convênios da União - Princ.	868.650,51	368.379,28	415.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
TRANSF.DOS ESTADOS DO DIST. FED.E SUAS ENT.	0,00	0,00	540.000,00	1.997.200,00	1.540.000,00	1.640.000,00
Transf. Conv. Estados, Distr.Fed. e suas Entid	0,00	0,00	540.000,00	1.997.200,00	1.540.000,00	1.640.000,00
Transferências de Recursos do SUS - Principal	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Recursos Dest a Progr.de Educ. - Principa	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Conv.dos Estados P/-SUS - Principal	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Conv.dos Estados Dest.a Progr.Educ. - Pri	0,00	0,00	500.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Conv.Esta. Dest.a Progr.San.Básico - Prin	0,00	0,00	5.000,00	1.957.200,00	1.500.000,00	1.600.000,00
Transf.Conv.dos Est. Dest.a Progr.Meio Amb. - Pr	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transf.Conv.Est. Dest.Progr.Infra-Est.Transp-Pri	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Outras Transf. de Convênios dos Estados - Princ.	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Outras Transferências dos Estados - Principal	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	4.200.000,00	5.100.000,00	5.210.000,00	5.320.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	4.200.000,00	5.100.000,00	5.210.000,00	5.320.000,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	4.200.000,00	5.100.000,00	5.210.000,00	5.320.000,00
Contrib.Previd.Regime Próprio/Oper.Intra-orçam.	0,00	0,00	4.100.000,00	5.000.000,00	5.110.000,00	5.220.000,00
Contr.Patr.Serv.Ativo Civil Intra-orçam-Princ.	0,00	0,00	4.099.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00	3.700.000,00
Contr.Serv. Ativo Civil P/RPPS - Principal	0,00	0,00	1.000,00	1.500.000,00	1.510.000,00	1.520.000,00
CONTR. PREV. P/ AMORTIZ. DO DÉFICIT ATUARIAL - O	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-9.917.958,17	-10.164.107,70	-10.719.000,00	-10.872.200,00	-10.934.600,00	-10.997.000,00
DEDUÇÃO DAS TRANSF.S DA UNIÃO E S/NTIDADES	-5.103.304,47	-4.845.684,03	-5.397.000,00	-5.152.200,00	-5.172.600,00	-5.193.000,00
Dedução da Participação na Receita da União	-5.064.272,79	-4.803.867,27	-5.355.000,00	-5.110.200,00	-5.130.400,00	-5.150.600,00
Dedução da Cota-Parte do FPM - Principal	-5.055.501,66	-4.794.197,16	-5.345.000,00	-5.100.000,00	-5.120.000,00	-5.140.000,00
Dedução da Cota-Parte do ITR - Principal	-8.771,13	-9.670,11	-10.000,00	-10.200,00	-10.400,00	-10.600,00



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Dedução da Transf.Financ.Deson.ICMS LC 87/96-Pri	-39.031,68	-41.816,76	-42.000,00	-42.000,00	-42.200,00	-42.400,00
DEDUÇÃO DAS TRANSF.DOS EST.E DIST. FED.E S/ENT.	-4.814.653,70	-5.318.423,67	-5.322.000,00	-5.720.000,00	-5.762.000,00	-5.804.000,00
Dedução das Transferências dos Estados	-4.814.653,70	-5.318.423,67	-5.322.000,00	-5.720.000,00	-5.762.000,00	-5.804.000,00
Dedução da Participação na Receita dos Estados	-4.814.653,70	-5.318.423,67	-5.322.000,00	-5.720.000,00	-5.762.000,00	-5.804.000,00
Dedução da Cota-Parte do ICMS - Principal	-4.118.174,69	-4.638.708,49	-4.566.000,00	-5.000.000,00	-5.020.000,00	-5.040.000,00
Dedução da Cota-Parte do IPVA - Principal	-470.939,70	-481.924,10	-543.000,00	-600.000,00	-620.000,00	-640.000,00
Dedução da Cota-Parte do IPI Municípios - Princi	-225.539,31	-197.791,08	-213.000,00	-120.000,00	-122.000,00	-124.000,00
Total	98.348.832,10	103.271.525,83	105.549.000,00	108.902.000,00	110.358.400,00	112.373.000,00

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	118.671.045,10	97.508.089,58	105.549.000,00	108.902.000,00	110.358.400,00	112.373.000,00

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	97.205.360,89	102.668.725,24	104.499.000,00	105.351.800,00	107.165.400,00	108.980.000,00
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	97.205.360,89	102.668.725,24	100.299.000,00	100.251.800,00	101.955.400,00	103.660.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.627.872,44	11.205.922,11	9.844.000,00	10.349.000,00	10.510.000,00	10.672.000,00
Contribuições	6.489.256,93	7.651.557,86	6.722.000,00	3.747.000,00	3.858.000,00	3.969.000,00
Receita Patrimonial	1.027.258,14	477.872,46	1.156.000,00	1.000.000,00	1.020.000,00	1.040.000,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.027.258,14	477.872,46	1.156.000,00	1.000.000,00	1.020.000,00	1.040.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Transferências Correntes	85.619.790,33	86.210.134,75	87.974.000,00	91.776.000,00	93.139.000,00	94.502.000,00
Outras Receitas Correntes	4.359.141,22	7.287.345,76	5.321.000,00	4.251.000,00	4.362.000,00	4.473.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	4.200.000,00	5.100.000,00	5.210.000,00	5.320.000,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	97.205.360,89	102.668.725,24	104.499.000,00	105.351.800,00	107.165.400,00	108.980.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.143.471,21	602.800,59	1.050.000,00	3.550.200,00	3.193.000,00	3.393.000,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Alienação de Bens (VI)	274.820,70	4.211,31	5.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	868.650,51	598.589,28	995.000,00	3.537.200,00	3.180.000,00	3.380.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	868.650,51	598.589,28	995.000,00	3.537.200,00	3.180.000,00	3.380.000,00
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	98.074.011,40	103.267.314,52	105.494.000,00	108.889.000,00	110.345.400,00	112.360.000,00
RECEITA TOTAL	98.348.832,10	103.271.525,83	105.549.000,00	108.902.000,00	110.358.400,00	112.373.000,00
DESPESAS CORRENTES (X)	105.218.728,87	92.130.542,64	97.438.500,00	101.851.800,00	103.065.400,00	104.780.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	71.906.369,07	68.746.150,29	66.349.000,00	63.700.800,00	64.200.000,00	64.400.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	178.231,40	266.450,39	286.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	33.134.128,40	23.117.941,96	30.803.500,00	38.051.000,00	38.865.400,00	40.380.000,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	105.040.497,47	91.864.092,25	97.152.500,00	101.751.800,00	103.065.400,00	104.780.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	13.452.316,23	5.377.546,94	8.110.500,00	7.050.200,00	7.293.000,00	7.593.000,00
Investimentos	9.276.131,24	2.428.746,09	3.730.000,00	3.550.200,00	3.193.000,00	3.393.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.176.184,99	2.948.800,85	4.380.500,00	3.500.000,00	4.100.000,00	4.200.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	9.276.131,24	2.428.746,09	3.730.000,00	3.550.200,00	3.193.000,00	3.393.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (XVI -a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	114.316.628,71	94.292.838,34	100.882.500,00	105.302.000,00	106.258.400,00	108.173.000,00
DESPESA TOTAL	118.671.045,10	97.508.089,58	105.549.000,00	108.902.000,00	110.358.400,00	112.373.000,00
Resultado Primário (IX - XVII)	-16.242.617,31	8.974.476,18	4.611.500,00	3.587.000,00	4.087.000,00	4.187.000,00



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2016 (b)	2017 (c)	2018 (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	43.657.298,75	46.063.106,85	45.000.000,00	40.000.000,00	38.000.000,00	36.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	-13.779.863,37	-6.744.615,59	-5.000.000,00	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Ativo Disponível	6.285.800,47	10.522.246,00	7.000.000,00	10.000.000,00	12.000.000,00	11.000.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	20.065.663,84	17.266.861,59	12.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	7.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	57.437.162,12	52.807.722,44	50.000.000,00	40.000.000,00	34.000.000,00	32.000.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	57.437.162,12	52.807.722,44	50.000.000,00	40.000.000,00	34.000.000,00	32.000.000,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	33.414.205,50	-4.629.439,68	-2.807.722,44	-10.000.000,00	-6.000.000,00	-2.000.000,00

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2015(R\$24.022.956,62)

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	27.589.600,26	43.657.298,75	46.063.106,85	45.000.000,00	40.000.000,00	38.000.000,00	36.000.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	27.589.600,26	43.657.298,75	46.063.106,85	45.000.000,00	40.000.000,00	38.000.000,00	36.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	3.566.643,64	-13.779.863,37	-6.744.615,59	-5.000.000,00	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Ativo Disponível	12.954.017,59	6.285.800,47	10.522.246,00	7.000.000,00	10.000.000,00	12.000.000,00	11.000.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	9.387.373,95	20.065.663,84	17.266.861,59	12.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	7.000.000,00
Dívida Consolidada Líquida	24.022.956,62	57.437.162,12	52.807.722,44	50.000.000,00	40.000.000,00	34.000.000,00	32.000.000,00

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2019

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2019	Providência	2019
1 Demandas Judiciais	500.000,00		500.000,00
Demandas Trabalhistas	500.000,00	Cred. Adic. por Suplementação	500.000,00
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00
TOTAL	500.000,00	TOTAL	500.000,00

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2019

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	108.902.000,0	104.462.350,1	0,088	0,999	110.358.400,00	101.729.172,1	0,087	0,971	112.373.000,0	99.592.582,65	0,086	0,950
Receitas Primárias (I)	108.889.000,0	104.449.880,1	0,088	0,998	110.345.400,00	101.717.188,6	0,087	0,971	112.360.000,0	99.581.061,16	0,086	0,950
Despesa Total	108.902.000,0	104.462.350,1	0,088	0,999	110.358.400,00	101.729.172,1	0,087	0,971	112.373.000,0	99.592.582,65	0,086	0,950
Despesas Primárias (II)	105.302.000,0	101.009.112,7	0,085	0,966	106.258.400,00	97.949.762,43	0,084	0,935	108.173.000,0	95.870.257,47	0,083	0,914
Resultado Primário (III)=(I-II)	3.587.000,00	3.440.767,39	0,003	0,033	4.087.000,00	3.767.426,19	0,003	0,036	4.187.000,00	3.710.803,69	0,003	0,035
Resultado Nominal	-10.000.000,00	-9.592.326,14	-0,008	-0,092	-6.000.000,00	-5.530.843,44	-0,005	-0,053	-2.000.000,00	-1.772.535,80	-0,002	-0,017
Dívida Pública Consolidada	40.000.000,00	38.369.304,56	0,032	0,367	38.000.000,00	35.028.675,12	0,030	0,334	36.000.000,00	31.905.644,37	0,028	0,304
Dívida Consolidada Líquida	40.000.000,00	38.369.304,56	0,032	0,367	34.000.000,00	31.341.446,16	0,027	0,299	32.000.000,00	28.360.572,78	0,025	0,271
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
PIB real (crescimento % anual)	2,83	2,66	2,65
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,60	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	3,37	3,42	3,47
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,25	4,06	4,01
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	123.990.000.000,00	127.289.000.000,00	130.662.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	10.906.000.000,00	11.370.000.000,00	11.831.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2019	2020	2021
Valor Corrente / 1,0425	Valor Corrente / 1,0848	Valor Corrente / 1,1283

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2019

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2017 (a)	% PIB	% RCL	II - Metas Realizadas 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II - I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	105.481.482,7	0,090	0,850	103.271.525,	0,088	1,013	-2.209.956,89	-2,09
Receitas Primárias (I)	95.762.803,32	0,082	0,772	103.267.314,	0,088	1,013	7.504.511,20	7,83
Despesa Total	105.481.482,7	0,090	0,850	97.508.089,58	0,083	0,957	-7.973.393,14	-7,55
Despesas Primárias (II)	95.099.150,21	0,081	0,767	94.292.838,34	0,080	0,925	-806.311,87	-0,84
Resultado Primário (III)=(I - II)	663.653,11	0,001	0,005	8.974.476,18	0,008	0,088	8.310.823,07	1252,28
Resultado Nominal	2.254.687,18	0,002	0,005	-4.629.439,68	-	0,088	-6.884.126,86	-305,32
Dívida Pública Consolidada	41.544.844,32	0,035	0,335	46.063.106,85	0,039	0,452	4.518.262,53	10,87
Dívida Consolidada Líquida	39.832.806,79	0,034	0,321	52.807.722,44	0,045	0,518	12.974.915,65	32,57

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2017

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2017	117.477.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2017	117.477.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2017	12.405.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2017	10.191.000.000,00

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador

**Município de Barra de São Francisco - Consolidado**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAISDemonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2019

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	98.348.832,10	103.271.525,83	5,0	105.549.000,00	2,2	108.902.000,00	3,2	110.358.400,00	1,3	112.373.000,00	1,8	
Receitas Primárias (I)	98.074.011,40	103.267.314,52	5,3	105.494.000,00	2,2	108.889.000,00	3,2	110.345.400,00	1,3	112.360.000,00	1,8	
Despesa Total	118.671.045,10	97.508.089,58	-17,8	105.549.000,00	8,3	108.902.000,00	3,2	110.358.400,00	1,3	112.373.000,00	1,8	
Despesas Primárias (II)	114.316.628,71	94.232.838,34	-17,5	100.882.500,00	7,0	105.302.000,00	4,4	106.258.400,00	0,9	108.173.000,00	1,8	
Resultado Primário (III)=(I - II)	-16.242.617,31	8.974.476,18	0,0	4.611.500,00	-48,6	3.587.000,00	-22,2	4.087.000,00	13,9	4.187.000,00	2,5	
Resultado Nominal	33.414.205,50	-4.629.439,68	-113,8	-2.807.722,44	-39,4	-10.000.000,00	256,2	-6.000.000,00	-40,0	-2.000.000,00	-66,7	
Dívida Pública Consolidada	43.657.298,75	46.063.106,85	5,5	45.000.000,00	-2,3	40.000.000,00	-11,1	38.000.000,00	-5,0	36.000.000,00	-5,3	
Dívida Consolidada Líquida	57.437.162,12	52.807.722,44	-8,1	50.000.000,00	-5,3	40.000.000,00	-20,0	34.000.000,00	-15,0	32.000.000,00	-5,9	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	105.249.507,41	107.350.751,10	2,0	105.549.000,00	-1,7	104.462.350,12	-1,0	101.729.172,11	-2,6	99.592.582,65	-2,1	
Receitas Primárias (I)	104.955.403,83	107.346.373,44	2,3	105.494.000,00	-1,7	104.449.880,10	-1,0	101.717.188,62	-2,6	99.581.061,16	-2,1	
Despesa Total	126.997.634,58	101.359.659,12	-20,2	105.549.000,00	4,1	104.462.350,12	-1,0	101.729.172,11	-2,6	99.592.582,65	-2,1	
Despesas Primárias (II)	122.337.689,26	98.017.405,45	-19,9	100.882.500,00	2,9	101.009.112,71	0,1	97.949.762,43	-3,0	95.870.257,47	-2,1	
Resultado Primário (III)=(I - II)	-17.382.285,43	9.328.967,99	0,0	4.611.500,00	-50,6	3.440.767,39	-25,4	3.767.426,19	9,5	3.710.803,69	-1,5	
Resultado Nominal	35.758.723,25	-4.812.302,55	-113,5	-2.807.722,44	-41,7	-9.592.326,14	241,6	-5.530.843,44	-42,3	-1.772.535,80	-68,0	
Dívida Pública Consolidada	46.720.526,21	47.882.599,57	2,5	45.000.000,00	-6,0	38.369.304,56	-14,7	35.028.675,12	-8,7	31.905.644,37	-8,9	
Dívida Consolidada Líquida	61.467.257,83	54.893.627,48	-10,7	50.000.000,00	-8,9	38.369.304,56	-23,3	31.341.446,16	-18,3	28.360.572,78	-9,5	

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2016	2017	2018	2019*	2020*	2021*
6,29	2,95	3,95	4,25	4,06	4,01
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,0702	Valor Corrente x 1,0395	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0425	Valor Corrente / 1,0848	Valor Corrente / 1,1283

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito MunicipalJoel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

2019

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	-170.385.519,12	0,00	-177.054.396,28	0,00	-164.906.792,03	0,00
TOTAL	-170.385.519,12	0,00	-177.054.396,28	0,00	-164.906.792,03	0,00

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2019

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	273.739,10	0,00
Alienação de Bens Imóveis	4.211,31	1.081,60	9.477,22
TOTAL	4.211,31	274.820,70	9.477,22

DESPESAS REALIZADAS	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	288.509,23	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	288.509,23	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=((Ia-IId)+IIIf)	(h)=((Ib-Ile)+IIIf)	(i)=(Ic - IIIf)
	0,00	284.297,92	9.477,22

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador

**Inst. Prev. dos Serv. Públicos de Barra de São Francisco**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2019

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMEN	9.296.951,11	8.698.533,49	13.072.581,48
RECEITAS CORRENTES	9.296.951,11	8.698.533,49	13.072.581,48
Receita de Contribuições dos Segurados	6.257.867,88	5.856.104,81	6.959.529,01
Pessoal Civil	3.096.795,25	2.854.370,95	3.610.155,11
Ativo	3.096.795,25	2.854.370,95	3.610.155,11
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	3.161.072,63	3.001.733,86	3.349.373,90
Receita Patrimonial	18.020,03	12.468,73	7.316,27
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	3.021.063,20	2.829.959,95	6.105.736,20
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.021.063,20	2.829.959,95	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	6.105.736,20
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens,Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00



Inst. Prev. dos Serv. Públicos de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2019

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

Em Regime de Débitos e Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-)-DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	9.296.951,11	8.698.533,49	13.072.581,48

**Inst. Prev. dos Serv. Públicos de Barra de São Francisco**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2019

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

DESPESAS	2015	2016	2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(IV)	9.555.282,09	10.557.344,18	12.099.738,79
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	9.176.627,69	10.208.316,08	11.792.537,68
Pessoal Civil	9.176.627,69	10.208.316,08	11.792.537,68
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	378.654,40	349.028,10	307.201,11
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	378.654,40	349.028,10	307.201,11
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV+V)	9.555.282,09	10.557.344,18	12.099.738,79
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-258.330,98	-1.858.810,69	972.842,69



Inst. Prev. dos Serv. Públicos de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2019

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

DESPESAS	2015	2016	2017
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA (IX) = (VII)	-258.330,98	-1.858.810,69	972.842,69
BENS E DIREITOS DO RPPS (X) = S.Ex.Ant. + (VIII + IX)	-77.388,67	-1.936.199,36	-963.356,67

Nota

- O saldo de bens e direitos de 2014 era R\$ 180.942,31

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Inst. Prev. dos Serv. Públicos de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2019

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2017				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2019

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Notas:

O Município não pretende adotar medidas que impliquem em renúncia de receita.

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador



Município de Barra de São Francisco - Consolidado

ESTADO DO ESPIRITO SANTO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado
2019

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	2019
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

Barra de São Francisco-ES, 13 de Setembro de 2018

Alencar Marim
Prefeito Municipal

Joel Queiroz de Souza Júnior
Contador